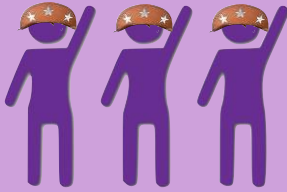




DOSSIÊ



## **Enfrentamento da violência contra as mulheres no Município de Garanhuns-Pernambuco:**

Entre resistências, afetos e cuidados

Patricia Ivanca de Espíndola GONÇALVES,

Jorge LYRA, *Universidade Federal de Pernambuco*

Mirella de Lucena MOTA, *Universidade Federal de Pernambuco*

---

Resumo. Este estudo teve como objetivo analisar as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres realizadas pela equipe multiprofissional da Secretaria da Mulher de Garanhuns (SecMul) e pelo Centro Especializado de Atendimento à mulher em situação de violência – Joana Beatriz de Lima e Silva (CEAM-JB). Trata-se de uma pesquisa que parte da perspectiva construcionista do conhecimento e das epistemologias feministas. A partir dos resultados, foi possível perceber que a SecMul e o CEAM-JB organizam as ações de enfrentamento a partir de três eixos: prevenção, atendimento e articulação intersetorial. No que se refere à prevenção, as profissionais relataram que esta se configura como a “porta de entrada” das usuárias no serviço. Em relação ao atendimento, as interlocutoras relataram dificuldades para escuta e intervenção das mulheres em situação de violência e, por isso, utilizam da discussão coletiva de alguns casos que mobilizaram a equipe. O uso de metodologias participativas nas ações de prevenção, as intervenções pautadas a partir de uma perspectiva de gênero e o fortalecimento de ações intersetoriais são elementos principais das ações de enfrentamento à violência contra as mulheres realizadas pela equipe multiprofissional da SecMul e do CEAM-JB.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência contra a mulher. Gênero. Centro de referência.

---



## Introdução

As décadas de 1970 e 1980 foi o momento no qual o enfrentamento da violência contra a mulher (VCM) começou a ter visibilidade no Brasil, a partir, principalmente, dos tensionamentos realizados pelos movimentos feministas e de mulheres (KISS; SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 2007; CÔRTEZ, 2008; SARAIVA, 2010; PICOLO, 2013).

Para Côrtes (2008), estes movimentos configuraram-se como protagonistas da politização da violência doméstica no Brasil, na década de 70 e início da década de 80, na medida em que transgrediram dicotomias e fronteiras ao inserir no espaço público o debate e a denúncia a uma modalidade de crime considerada de “foro interpessoal”, “intersubjetivo”.

Bandeira (2014) diz que o processo de resistência dos movimentos feministas se fortaleceu com várias estratégias de luta e uma delas foi a nomeação da expressão *violência contra a mulher*, seguida pela demanda de políticas públicas. Esta expressão, foi cunhada pelos movimentos feministas na década de 1960, o que constituiu um fenômeno sociocultural e político persistente e multiforme, que pode designar diversas categorias de atos (dos episódios cruéis, como estupro e a tortura, até formas mais sutis de violência que têm ocorrido na vida cotidiana das mulheres).

Kiss, Schraiber e D'Oliveira (2007) referem que na década de 1980 a questão da violência contra as mulheres no Brasil transformou-se em um dos grandes eixos de ação do movimento feminista no sentido assistencial, dando início a parcerias com o Estado destinadas à formulação de políticas públicas que contemplassem a questão de gênero. Sobre isso, Picolo (2013) argumenta que as políticas públicas operadas pelo Estado para o enfrentamento da VCM só se materializaram através de tensionamentos realizados pelos movimentos feministas que lutaram para ampliar os direitos das mulheres, principalmente, o direito de viver sem violência. Dessas lutas, no período da gestão do governo Lula, assinalamos a criação da Lei Maria da Penha, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher são marcos importantes.

Dentro do desenho da Rede de Atendimento, no que se refere aos serviços especializados voltados para as mulheres, os Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM's) são estruturas do



programa de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres. Este equipamento tem como objetivo a ruptura das situações de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação). Ele deve, também, exercer o papel de articulador dos serviços dos organismos governamentais e não-governamentais que integram a rede de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade social, em função da violência de gênero (BRASIL, 2006).

A proposta principal do componente da intervenção é cessar as situações de violência vivenciadas pelas mulheres atendidas sem ferir o seu direito à autodeterminação, mas promovendo meios para que ela fortaleça sua autoestima e tome decisões relativas à situação de violência. O foco da intervenção deve ser o de prevenir futuros atos de agressão e interromper o ciclo da violência (BRASIL, 2006).

Compreendendo a importância de refletir como as ações de enfrentamento à violência contra a mulher são implantadas e executadas em cidades do interior, onde muitas vezes, o acesso à uma rede de serviços especializados é precária e a cultura do silêncio frente a essa demanda faz parte da vida de diversas mulheres. O presente estudo tem como objetivo apresentar as análises das ações de enfrentamento à violência contra a mulher no município de Garanhuns/PE desenvolvidas pela Secretaria da Mulher de Garanhuns (SecMul-Gus) e Centro Especializado de Atendimento à mulher em situação de violência – Joana Beatriz de Lima e Silva (CEAM-JB).

## Metodologia

Escolhemos para esse artigo um recorte dos resultados da dissertação de mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) defendida em 2018. Tendo sido submetida e aprovada pelo Comitê de ética em pesquisa da universidade supracitada<sup>1</sup>.

Participaram da pesquisa 13 profissionais das equipes da Secretaria da Mulher de Garanhuns (SecMul-Gus) e Centro Especializado de Atendimento à mulher em situação de violência – Joana Beatriz de Lima e Silva (CEAM-JB). A perspectiva discutida nesse trabalho diz respeito ao período em que o levantamento de informações ocorreu entre os meses de janeiro a abril de 2017.

---

<sup>1</sup> CAAE: 60515116.7.0000.5208.



Este estudo parte de uma perspectiva construcionista do conhecimento (SPINK; MEDRADO, 2013; SPINK, 2010; GERGEN, 2009; NOGUEIRA; NEVES; BARBOSA, 2005) e das epistemologias feministas (GERGEN, 1993; NEVES; NOGUEIRA, 2005). Como metodologia, foram realizadas observação no cotidiano (CARDONA; CORDEIRO; BRASILINO, 2014; SPINK, 2008), análise de documentos de domínio públicos (SPINK, 2013) e três oficinas sócio-educativas (AFONSO, 2015).

As informações apresentadas a seguir se referem à análise das três oficinas realizadas. A primeira buscou refletir sobre a história da SECMUL-Gus e CEAM-JB e das profissionais participantes. A segunda objetivou analisar o atendimento à mulher em situação de violência realizado pelas instituições supracitadas. A terceira focou na relação dos serviços com a rede de atenção à mulher em situação de violência do município.

## Resultados e discussão

As ações de enfrentamento a mulher em situação de violência no município de Garanhuns/PE foram realizadas através da implantação da Coordenadoria da Mulher e, após um período, foi transformada em Secretaria. Desde 2013 as profissionais relataram uma preocupação para que fosse oferecida às mulheres em situação de violência um atendimento psicológico e social. Mas, foi em 2015 que houve a inauguração do Centro Especializado de atendimento à Mulher em situação de violência – Joana Beatriz de Lima e Silva. Esse momento é descrito pelas participantes como um momento de visibilidade e qualificação do atendimento e enfrentamento a violência contra as mulheres no município.

O conceito de enfrentamento, adotado neste trabalho, está alinhado ao da Política Nacional de Enfrentamento à violência contra as mulheres (BRASIL, 2011), que diz respeito à implantação de políticas amplas e articuladas que procurem dar conta da complexidade da Violência Contra as Mulheres (VCM) em todas as suas expressões. Para isto, devem ser realizadas ações conjuntas de diversos setores (saúde, justiça, assistência social, entre outros) com o objetivo de desconstruir e dirimir desigualdades e discriminações de gênero e VCM, bem como buscar interferir nos padrões sexistas/machistas ainda presentes na sociedade brasileira e garantir o atendimento qualificado e humanizado às mulheres em situação de violência, promovendo o seu empoderamento.



Esta noção de enfrentamento está articulada às dimensões de prevenção, assistência e de garantia de direito das mulheres (BRASIL, 2011). As ações da SecMul-GUS e do CEAM-JB se alinham a esta definição. As principais linhas de ação da SecMul-GUS e do CEAM-JB, são: 1) ações de prevenção; 2) atendimento às mulheres em situação de violência; 3) articulação intersetorial. Será descrito adiante cada uma dessas atividades para fins didáticos, porém estas ações são em muitos casos complementares.

As ações de prevenção ocorrem desde 2013, porém foram intensificadas em 2014, através do projeto *Maria da Penha vai à Escola*. As ações de prevenção podem ser divididas entre: 1) Ações pontuais; 2) Ações sistemáticas e 3) Ações intersetoriais.

No ano de 2016 as ações se ampliaram e isto deve-se ao aumento do número de escolas que aderiram ao projeto *Maria da Penha vai à escola* e ao início do *Projeto Movimento*. Em 2016, a estimativa das pessoas alcançadas nas ações preventivas foi de 8.623 pessoas<sup>2</sup>, sendo divididas nas diversas ações 1) Projeto *Maria da Penha vai à escola*; 2) Projeto *Movimento*; 3) Rodas de conversa e 4) Palestras e eventos.

Afim de exemplificar as ações desenvolvidas através das ações de prevenção as participantes da pesquisa escolheram o relato de um caso que foi abordado no Projeto *Movimento*. Ao entrar em uma instituição, as profissionais apresentam os serviços oferecidos pela SecMul-Gus e pelo CEAM-JB, falam sobre a VCM e os tipos previstos na Lei *Maria da Penha*. E ficam um tempo à disposição para alguma pergunta e/ou para que alguém as procure para tirar dúvidas ou conversar individualmente. A respeito desta ação, as profissionais relataram:

[...] Em relação ao movimento, normalmente elas explanam o que a Secretaria oferece, os serviços, como é que funciona e essa mulher diante daquilo ali se reconheceu de alguma forma como vítima de violência e ela [usuária] chegou para as meninas e chamou uma delas e disse que era vítima e que passava por aquilo ali. A partir dali, elas [funcionárias] explicaram a ela tudo, falaram sobre o serviço individualmente e depois voltaram para a Secretaria. Por que o projeto movimento é uma abordagem direta, mas também é rápido, né? Incomodada com a situação, uma das nossas contribuintes aqui da Secretaria [risos] ficou incomodada em saber que aquela mulher sofria violência, estava naquele local e talvez não chegasse até aqui, e ela ficou meio que inconsolada com a situação, ficou incomodada e quis resolver de alguma forma e aí ela perguntou a alguns membros da equipe o que

<sup>2</sup> Fonte: Banco de dados SECMUL-GUS, 2017





poderia fazer e se dispôs a ir lá no local onde a mulher estava e mais uma vez tentar trazê-la naquele momento, porque a mulher não era da cidade [Garanhuns]. (Lírio)

A “contribuinte” a qual Lírio se refere no relato é Hortência, esta explicou como foi a abordagem à usuária e o motivo de seu incômodo:

[...] me senti incomodada, essa mulher não vai vir. Aí perguntei: “o que vocês acham, Orquidia e Lírio? Eu posso ir lá? Para ver se essa mulher vem comigo?”. Aí ela disse que podia, aí eu fui, cheguei lá ela estava em atendimento [ultrassonografia], eu fiquei esperando, aí eu ainda consegui falar com ela lá na sala, aí eu disse: “a senhora quer conhecer a Secretária?” Aí ela disse: “quero!”. Eu disse: “posso esperar a senhora?”. Ela disse: “pode!”. Aí eu fiquei lá, esperei, aí a gente chegou aqui. Iris, Orquídia, não lembro, ou foi Girassol, atenderam, né? Depois, quando terminou todo o atendimento, ela me chamou e pediu que não sabia ir para o comércio, aí ela disse “olha, tem como você ir comigo? Para o povo não falar, por que meu marido pode ver eu no carro. Aí foi o motorista e Jasmim, que foi comigo. (Hortência)

Alguns elementos neste relato chamaram a atenção. Como o *Projeto Movimento* é uma abordagem rápida, em um lugar público, é importante que estas profissionais tenham um olhar atento às manifestações das pessoas, bem como tenham uma linguagem que atinja diferentes públicos. Fato que ocorreu no relato, pois a partir do que foi falado, a usuária se identificou e buscou as profissionais.

Podemos observar também a importância do trabalho integrado da equipe na instituição, as profissionais que estavam na prevenção, o motorista e a equipe que estava no atendimento trabalharam de forma articulada para atender a usuária. As participantes também citaram as ações de prevenção para além de passar informações.

[...] eu achei interessante foi a preocupação de não só levar informação e acabou como se o movimento fosse só isso. É como Lírio falou, fica aquele incômodo porque o trabalho não é só levar, jogar e acabou, né? É você deixar a pessoa com gosto de realmente conhecer a Secretária, de conhecer os serviços e é isso que o movimento procura fazer, né? (Jasmin)  
E a importância que as pessoas do município e das cidades vizinhas conheçam que esse serviço existe. Porque olha, a prevenção não para, é manhã, de tarde, de noite e as meninas, principalmente o movimento, se deparam com pessoas que não conheciam a Secretária da Mulher e não sabem o que ela faz e mesmo se trabalhando todos os dias e a gente pode ver que tem muito a se fazer. (Iris)



Para a política nacional de enfrentamento à VCM (BRASIL, 2011, p. 27), as ações no âmbito preventivo ocorrem a partir de ações que “desconstruam os mitos e estereótipos de gênero e que modifiquem padrões sexistas, perpetuadores das desigualdades de poder entre homens e mulheres”. E, especificamente em relação à violência doméstica, as ações preventivas deverão focar na mudança de valores, em especial no que tange à cultura do silêncio no espaço doméstico e à banalização da VCM pela sociedade.

As profissionais identificam as ações de prevenção como uma das portas de entrada para o serviço:

Já tivemos diversos casos assim, graves, que chegou assim a partir desse momento de prevenção, já teve casos da escola, né? Uma adolescente conseguiu externar que estava sendo abusada, quase foi estuprada, né? Pelo padrasto. [...] também conseguimos trazer uma jovem que era violentada pelo pai desde acho que 11 anos de idade e ela já tinha dois filhos do pai e ela chegou aqui a partir de uma ação preventiva. Então, a ação preventiva é de fato uma porta de entrada, primeiro essa mulher tem conhecimento, então, a partir daí, se ela tem alguma situação de conflito, ela vai buscar rapidamente chegar nesse local onde ela descobriu. (Lírio)

Observamos que a ideia de prevenção para as participantes vai além das ações previstas pela instituição, mas que este trabalho ocorre em qualquer espaço de interação, como o caso relatado, na rua varrendo a calçada. Como descrito no início, o número de pessoas atingidas pelas ações de prevenção é grande e muitas dessas procuram o serviço depois das ações, seja para elas, para denúncia ou acompanhando alguém.

Outro aspecto importante a ser pontuado sobre as ações de prevenção desenvolvidas é o uso de metodologias participativas, sendo as principais a utilização de vídeos, músicas e encenações.

A utilização destes recursos possibilita que o público possa falar sobre violência a partir do que ocorre com o/a personagem do vídeo e/ou peça teatral, sem falar diretamente de si. O que, na maioria das vezes, facilita a adesão e participação da plateia na discussão e reflexão dos atravessamentos da violência contra as mulheres na vida de homens e mulheres, inclusive na de cada um/uma que está participando.

Os atendimentos individuais e/ou em grupo às mulheres em situação de violência são realizados no CEAM-JB, de acordo com a Lei 4386/2017 (GARANHUNS, 2017). É um equipamento com estrutura e ambiente adequado ao acolhimento, atendimento e encaminhamento da



mulher vítima de violência doméstica e familiar<sup>3</sup>, a Lei também cita a norma técnica de uniformização dos Centros de referência de atendimento às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2006) e a Lei 11.340/2006 como referências para este serviço.

Em relação aos atendimentos individuais realizados à mulher em situação de violência no CEAM-JB, através da equipe multidisciplinar (Assistente Social, Psicóloga, Advogada) de 2013 (quando ainda era coordenadora da mulher) até abril de 2017 foram acompanhadas 625 mulheres. Desses 433 casos foram finalizados e 192 continuam em andamento e acompanhadas pelo serviço<sup>4</sup>.

Observamos que as fases de atendimento e acompanhamento à mulher em situação de violência, realizados no CEAM-JB, segue a metodologia de funcionamento e dos atendimentos dos Centros de Referências (BRASIL, 2006). Esta norma prevê (ou preconiza) que estes equipamentos atenderão por demanda espontânea ou encaminhada e deverão oferecer orientações gerais sobre os direitos das mulheres e a rede de atendimento, bem como os serviços psicológicos, social e jurídico, individuais ou em grupo.

Segundo a publicação citada acima, o atendimento ocorre a partir de quatro fases distintas. A primeira fase diz respeito ao acolhimento e informações gerais sobre o serviço e rede de atendimento, esclarecendo dúvidas, verificando o interesse para a entrevista individual. No CEAM-JB, este acolhimento inicial ocorre, na maioria das vezes, a partir da recepção da unidade onde as mulheres são acolhidas e relatam o motivo da procura pelo serviço. Porém, por ser um ambiente que não é reservado e tem um fluxo de pessoas, esta primeira escuta tem por objetivo identificar o motivo da busca e encaminhar as usuárias para o atendimento com a equipe técnica.

Durante o período da observação no cotidiano na recepção da instituição e observamos a importância para a permanência/vinculação das usuárias no serviço do acolhimento neste primeiro momento. Pois, mesmo que não sejam feitas, nesta etapa, intervenções diretas, o fato de encontrar um espaço que as atenda e respeite seus silêncios ou falas sem julgamento faz com que essas mulheres aguardem o atendimento multiprofissional. Durante as observações, vimos algumas usuárias que chegam e só dizem que foram encaminhadas pela delegacia da mulher ou

<sup>3</sup> O termo “mulher vítima de violência doméstica e familiar” é utilizado desta forma no documento referenciado.

<sup>4</sup> Fonte: Banco de dados da SECMUL-GUS





outra instituição, outras mulheres começam o relato da violência que vivenciaram enquanto aguardam o atendimento individual. Dessa forma, o primeiro contato e impressão do serviço é realizado a partir da recepção.

A segunda fase é a orientação às mulheres em situação de violência (diagnóstico inicial e encaminhamentos), quando as mulheres será atendida por uma dupla de profissionais composta por uma/um psicóloga/o e uma/um assistente social (BRASIL, 2006). Os atendimentos no CEAM-JB são realizados, na maioria das vezes, com a presença de psicólogo/a, assistente social e advogado/a, salvo vezes em que algum/a deles/as está em atividades fora da instituição. Foram realizadas observações em dois atendimentos junto com as profissionais, nestes, percebemos a importância da integração da equipe multiprofissional, como também o discurso afinado entre elas, pois as orientações e intervenções, mesmo sendo de diferentes profissionais, tinham uma linha de coerência, bem como uma postura parecida frente às demandas.

O momento de atendimento com a equipe completa é importante, pois as demandas trazidas pelas usuárias precisam ser compreendidas/trabalhadas de forma integral e interdisciplinar. Quando o atendimento é realizado por uma das profissionais, o relato é repassado para as demais e só depois é realizada a terceira fase.

A terceira fase é o diagnóstico aprofundado e o atendimento, o objetivo é aprofundar o diagnóstico preliminar elaborado no atendimento inicial a fim de identificar as demandas e questões a serem trabalhadas nos outros tipos de atendimento (BRASIL, 2006). Após a escuta, iniciada na segunda fase, as profissionais discutem as demandas trazidas pela usuária e são direcionados focos para as intervenções e encaminhamentos.

A quarta fase é o monitoramento e o encerramento do atendimento, que diz respeito à interlocução permanente com os demais equipamentos da rede ampliada de atendimento às mulheres através de reuniões, relatórios ou procedimentos necessários para cada caso. O desligamento do serviço de atendimento especializado somente ocorre quando é verificada a superação da situação de violência, o fortalecimento de mecanismos psicológicos e sociais que tornem viáveis a autodeterminação das mulheres (BRASIL, 2006).

O monitoramento no CEAM-JB é feito a partir dos atendimentos realizados na instituição (jurídico, social e psicológico), quando a usuária



não comparece aos atendimentos, a equipe entra em contato por telefone. Já em relação as usuárias que são acompanhadas por outros serviços da rede de atendimento a equipe entra em contato com a instituição, seja através de reuniões e/ou relatórios.

Além dessas fases de atendimento, que se assemelham ao previsto na Norma Técnica (BRASIL, 2006), o CEAM-JB realiza a notificação compulsória de todos os casos suspeitos ou confirmados de violência doméstica, sexual e/ou outras violências. A ficha de notificação é preenchida pelas profissionais e encaminhada para a vigilância epidemiológica do município, que alimenta o Sistema Nacional de Agravos Notificáveis (SINAN).

Na segunda oficina, discutimos em profundidade as ações de prevenção e os atendimentos às mulheres em situação de violência. Para isto, solicitamos que as participantes escolhessem um caso que elas considerassem emblemáticos para que pudéssemos aprofundar a discussão sobre os atendimentos multidisciplinares. Segue o relato do caso.

Escolhemos um caso que foi encaminhado pelo CRAS da COHAB 3, que foi um caso de uma mulher, hoje com 47 anos, que tinha sido abusada pelo pai durante 32 anos. Faz 11 anos que ela conseguiu sair do ciclo de violência, teve duas filhas com o pai. Ela trouxe essa denúncia para a gente porque ela soube que uma filha desse pai, com 7 anos, estava sendo vítima da mesma violência que ela tinha sofrido. Apresentava os mesmos sintomas, então ela estava se vendo naquela criança, entendeu? Foi quando ela nos trouxe isso. A gente observou que ela sofreu muito, ela chorava copiosamente, como se ela tivesse revivendo ao falar. Ela tava revivendo tudo que ela passou, foi muito doloroso também para a gente tá vendo aquilo ali e acredito que quem participou desse momento ficou muito perturbado. Eu realmente fiquei à noite [pausa], a gente fica naquela pensando meu Deus, por quê? O que eu vou fazer? O que é que a gente vai fazer? E essa criança aí? (Iris)

Até porque até os fatos que ela trazia eram fatos muito chocantes porque a mãe dela se suicidou em virtude de presenciar cenas de abusos. Então, ela tinha 9 anos e ela tinha outras irmãs. (Azaleia)

Pegando o gancho aí. O pai dizia que toda filha mulher que nascesse seria dele e como ela [mãe] estava grávida de 3 meses e já sabia que era uma menina, então ela preferiu se matar. (Iris)

Ela disse assim: “para meu pai não abusar das minhas outras irmãs eu colocava elas para dormir, quando elas dormiam eu tinha que levantar na pontinha dos pés pra ir agradar o meu pai e quando eu não queria agradar ele, ele abusava de mim com cabo de vassoura”. (Azaleia)



Uma coisa que ela falou e ela se emocionava muito, chorava compulsivamente, ela quase não conseguia falar quando ela fazia relação um dos primeiros abusos dela aos 7 anos, ela disse que ele mordida os seios dela e as mesmas marcas ela estava percebendo na outra irmã, então quer dizer que ele começava os abuso por aí. Aí quando ela falava isso, ela se desesperava, porque é como Iris disse, ela se via e sabia que aquela criança ia passar por tudo que ela passou durante todo esse tempo. (Girassol)

Outro agravante nessa história aí, que é uma coisa que é bem marcante, é quando ela [usuária] teve a primeira filha. Com a filha, ele [pai] registrou a menina, ela não sabe precisar direito, ela quase morreu, ela ficou doente, ficou internada, ela não sabe o ano direito em que a menina nasceu e nem a data. Mas aí o que foi que ele [pai] fez, primeiro, a menina não nasceu aqui [Garanhuns], levou para outra cidade para nascer em Barreiros, e aí quando a menina nasceu, ele com aquela certidão de nascido vivo, levou no cartório e registrou a menina como filha dele e da mulher morta. (Orquídea).

As profissionais relataram que quando ele registrou a criança em seu nome e de sua esposa, esta já estava falecida há dois anos.

Para Saffioti (2004), a violência doméstica tem como característica importante a rotinização, ou seja, a transformação do comportamento violento em um fenômeno cotidiano que contribui para que se construa uma relação de co-dependência. Como a violência irá ocorrer no interior da relação, a autora considera que há necessidade de intervenção externa para reconfigurar a relação.

Porém, para a realização desta intervenção é necessário que os/as profissionais estejam capacitados/as para agir diante de casos de violência, uma vez que, muitas mulheres apresentam dificuldades para falar da violência sofrida, seja por medo do que possa acontecer com elas caso o autor da violência saiba da denúncia, seja por não conseguir reconhecer que está vivenciando situações de violência. Porém, a resistência encontrada na mulher não pode ser vista como cumplicidade, uma vez que ela teria que se situar, tendo os mesmos acessos e estando no mesmo patamar que o seu companheiro na estrutura de poder.

A questão apontada pela autora supracitada, sobre a importância de uma intervenção externa, seja de familiares, vizinhos ou profissionais, fica muito evidente quando as profissionais relataram as diversas situações em que a usuária vivenciou preconceito por ter sido abusada e ter tido uma filha de seu pai.

Teve outra coisa para mim foi bem forte: o quanto elas ficaram impressionadas com o nosso acolhimento, o quanto elas disseram que sofriam preconceito e que aqui não sofreram, que as crianças [filhas da usuária e de



seu pai] sofriam bullying na escola, que quando iam nos postos de saúde que sabiam da situação delas, agiam com preconceito com relação, que elas não tinham contato com os vizinhos porque os vizinhos achavam que elas eram alguma coisa feia porque ela tinha vivido com o pai. E então ela disse assim nunca teve a oportunidade de viver. Ela dizer que tinha 47 anos hoje, né? Que a vida tinha passado por ela e ela não tinha vivido e isso realmente foi muito triste. (Iris)

Quando perguntamos às profissionais se houve alguma dificuldade no atendimento a esta usuária, elas relataram duas principais: 1) Fragilidade da rede de atendimento às mulheres em situação de violência e 2) Dificuldade em ouvir/intervir em casos de violência contra as mulheres. As participantes relataram que após a escuta da usuária foram acionados o Conselho Tutelar, 9º DEAM, escola municipal, entre outros equipamentos.

Pois é, né, o que fazer agora nesse momento? Para acionar delegacia? Polícia militar? Para ir lá para ver se essa menina tava, acionar escola, verificar se essa menina tava na escola. O Conselho Tutelar que a gente precisou acionar. Uma coisa que Azaleia lembrou das dificuldades foi a demora e em chegar lá porque aí foram 13 dias, não foi? (Orquídea)

[...] Na verdade, foram mais por que o CRAS procurou a gente numa sexta-feira, a gente ficou aqui até umas 16h:30min da tarde conversando com assistente social do CRAS, na segunda-feira, ela já trouxe a moça, na segunda-feira, a gente foi na delegacia abrir o boletim de ocorrência. Entre a abertura do boletim de ocorrência e a delegacia resolver dar o pontapé inicial, foram 13 dias. Não foi nem resgatar foi dar o pontapé inicial. (Azaleia)

E depois que o conselho foi o que foi que ele [autor da violência] fez, ele tirou ela da escola, matriculou em outra escola, colocou na casa dele uma placa de venda e a delegacia, doutora Débora, já foi localizar ele em umas Grotas longe. E estava com a menina, com a menina e com a mãe da menina, só que a mãe da menina tem algum problema mental e ela tava lá dentro da casa totalmente zen, sem se dar conta que estava acontecendo a sua volta e só tava ele e a mulher nessa situação e a criança. (Iris)

As participantes relataram que até aquele momento não havia desfecho desse caso. Quando a criança retornou à Garanhuns, foi realizado o exame sexológico, mas não foi identificada penetração. Como não havia provas de abuso sexual, e o “crime” com sua filha mais velha havia sido prescrito, a alternativa foi indiciá-lo por falsidade ideológica devido ao registro de nascimento no nome de sua esposa falecida.

As profissionais referiram como uma dificuldade a demora para a intervenção, pois em 13 dias de espera o autor da violência foi informado que sua filha tinha procurado a delegacia, e ele conseguiu fugir levando a criança.



A outra dificuldade relatada pelas participantes foi em relação ao pós-atendimento.

E às vezes a gente acha que já viu de tudo e aí chega uma coisa mais pesada ainda. (Iris)

A gente vive muito isso, as situações de abuso aqui é muito, é muito cotidiano, a gente tem filho, tem filhos pequenos e aí começa a ter medo do vento que passa na porta e termina ficando mesmo neurótico, como diz o povo [sic]. (Lírio)

O que me afeta mais não é nem tanto as tragédias, é a gente saber e você não conseguir fazer algo. Não é nem tanto horror, é o sistema, porque aí você vê casos e às vezes você não consegue dar andamento, não existe estrutura para isso. Um dia desses uma menina ligou para a gente e ela ia para a rua, aquela jovem vinha, ela foi vítima de violência, ela se escondeu no mato, a polícia foi resgatou, ela saiu aí ela fez tudo certo! Não conseguiu arrumar casa, não tinha para onde ir, ela ia para a rua. E aí? Meu Deus, e aí? A gente denuncia a violência e blá blá blá [sic] e ela vai pra rua? Como assim ela vai pra rua? Não podia mais ficar lá no lugar, pra casa dos pais não podia voltar porque era numa situação horrível também. (Orquídea)

Como estratégia para conseguir atender aos casos que chegam à instuição, as profissionais relataram que a discussão de casos entre a equipe é muito importante, não apenas sobre o caso, mas também como elas se sentem mediante o que escutaram e como aquele caso as afetou, como pode ser visto no relato abaixo. Falar coletivamente sobre o caso, de como ele mexeu com cada uma, faz com que as profissionais reflitam sobre sua intervenção. Durante as observações, foram vivenciados alguns momentos em que a equipe discutia os atendimentos e de como estes momentos proporcionavam para elas novos olhares sobre as situações experienciada pelas usuárias.

Em relação à articulação intersetorial, as profissionais listaram 33 equipamentos de diversos setores como saúde, educação, assistência social, entre outros. A implantação da Câmara Técnica de enfrentamento à violência no município de Garanhuns-PE ocorreu um diálogo mais eficiente entre as diversas instituições que compõe a rede.

Como fragilidade da rede um elemento nomeado pelas profissionais foi a “personificação” das instituições como pode ser visto nas falas a seguir:

porque ainda há a questão pessoal e a personificação da instituição, que transcende essa coisa de ser instituição e passa a ser pessoa, né? É Orquídea chamando o Conselho, é Acácia chamando a OAB, Lírio chamando a assistência social, então é sempre assim, né?! (Amarilis)





Se você não conhece essa pessoa, “ai, eita, lembrei alguém que conhece essa pessoa, deixa eu ligar para essa amiga minha que conhece esse amigo” [sic].  
(Acácia)

Se a instituição deixa de ser um equipamento e passa a ser uma pessoa, a fragilidade pode nunca ser superada, pois a cada nova gestão, mudança de coordenação ou equipe o trabalho terá que ser fortalecido e pactuado. Dessa forma, uma saída para minimizar esta questão seria a adesão da mulher ao serviço e não aos profissionais.

## Considerações Finais

As ações de enfrentamento da VCM realizadas pela SecMul-Gus e pelo CEAM-JB são planejadas e executadas a partir de três eixos: 1) ações de prevenção; 2) atendimento individual às mulheres em situação de violência; 3) ações intersetoriais. Em relação ao primeiro eixo, observamos que durante os anos de 2014 a 2016 houve um aumento nas ações, em virtude, principalmente, do Projeto Movimento e do Maria da Penha vai à escola.

As profissionais observam que as ações de prevenção ocorrem em qualquer espaço de interação delas com a comunidade. Em relação aos atendimentos realizados pela equipe multiprofissional do CEAM-JB, estes estão alinhados às normativas da Política Nacional de enfrentamento à VCM (BRASIL, 2011) e ao documento que uniformiza a atuação dos Centros de atenção às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2006). Por último, no terceiro eixo, referente à articulação intersetorial, as participantes listaram 33 equipamentos de diversas áreas de atuação que compõem a rede de enfrentamento à VCM do município de Garanhuns. Observamos que a instituição participante da pesquisa apresenta um bom desempenho nas articulações e no relacionamento com a maioria dos equipamentos.

Ao refletir sobre a trajetória de resistências e lutas da SecMul-Gus e CEAM-JB no enfrentamento à violência contra as mulheres, compreendemos a importância de discutir a operacionalização das políticas públicas nos mais diversos contextos. A política nacional de enfrentamento à VCM segue como eixo norteador para as ações, porém as forças locais políticas e sociais, estrutura dos serviços e a formação das equipes devem ser levados em conta na avaliação e monitoramento das ações.



Assim, é preciso tensionar as lutas e forças sociais, já que acompanhamos o avanço de pautas conservadoras em diversas esferas do governo, que podem impactar diretamente na implantação e continuidade das políticas para as mulheres. Ressaltamos que, diante do cenário político e social atual, é necessário que as pesquisas e reflexões sobre os estudos de gênero e violência contra as mulheres considerem o contexto de desafios enfrentados para a garantia da continuidade das ações de políticas públicas voltadas para as mulheres, que, historicamente, foram pautadas no acesso a direitos, empoderamento e reflexões sobre as desigualdades de gênero.

## Referências

AFONSO, Maria Lúcia (org). *Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial*. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

BANDEIRA, Lourdes. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, maio 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S01029922014000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01029922014000200008)> Acesso em: 20 de jun. 2017.

BRASIL. *Norma Técnica de Uniformização: Centros de Referência de Atendimento à Mulher em situação de Violência*. Brasília, 2006.

BRASIL, Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. *Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres*. Brasília, 2011.

CARDONA, Milagros García; CORDEIRO, Rosineide Meira; BRASILINO, Jullyane. Observação no cotidiano: um modo de fazer pesquisa em psicologia social. In: SPINK, Mary Jane; BRIGAGÃO, Jacqueline Isaac Machado; CORDEIRO, Rosineide Meira (org.). *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2014. p. 124-146. Disponível em: <http://maryjanespink.blogspot.com/2014/07/lancamento-do-livro-producao-de.html>. Acesso em: 23 jun. 2020.

CÔRTEZ, Gisele Rocha. *Violência doméstica contra mulheres: centro de referência da mulher - Araraquara*. 2008. 193 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho -



UNESP, Araraquara, 2008. Disponível em:  
[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106298/cortes\\_gr\\_dr\\_arafcl.pdf?sequence=1](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106298/cortes_gr_dr_arafcl.pdf?sequence=1). Acesso em: 23 jun. 2020.

GARANHUNS (Município). Lei nº 4386/2017, de 17 de abril de 2017. *Plano de Enfrentamento da Violência de Gênero Feminino no Município de Garanhuns e dá outras providencias*. Garanhuns, PE.

GERGEN, Kenneth. O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 299–325, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/10976>> Acesso em: 16 de out. 2016.

GERGEN, Kenneth. A crítica feminista da ciência e o desafio da epistemologia social. In: GERGEN, Mary McCarnney. *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: EdunB, p. 48-69, 1993.

KISS, Ligia Bittencourt; SCHRAIBER, Lilia Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flavia Pires Lucas. Possibilidades de uma rede intersetorial de atendimento a mulheres em situação de violência. *INTERFACE - comunicação, saúde e educação*. Botucatu, v. 11, n. 23, p.485-501, set. 2007. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180115440007>> Acesso em: 16 de out. de 2016.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas ciências sociais. *Psicologia: reflexão e crítica*, v. 18, n. 3, p. 408-412, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722005000300015&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722005000300015&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em: 20 de ago. de 2016.

NOGUEIRA, Conceição, NEVES, Sofia; BARBOSA, Carlos. Fundamentos construcionistas sociais e críticos para o estudo do gênero. *Psicologia: Teoria, investigação e prática*, v. 10, n. 2, pág. 195-209, out 2005. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3954/1/artigo%20fundamentos%20construcionistas.pdf>> Acesso em: 23 de jun. de 2020.

PICOLO, Cirlene Aparecida Doreto. *Trabalho em rede como estratégia de enfrentamento à violência contra mulheres: um estudo do município de Maringá*. 169 f. 2013. Dissertação (Mestrado) – curso de Serviço Social e



Política Social, Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina, 2013. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000190854>>  
Acesso em: 23 de jun. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bonglovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SARAIVA, Jeiza das Chagas. *O processo de reconstrução da vida das mulheres que sofrem violência doméstica no Recife*. 162 f. 2010. Dissertação (Mestrado) – curso de Dissertação Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2010. Disponível em:

<  
[https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/1080/1/arquivo795\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/1080/1/arquivo795_1.pdf)> Acesso em: 23 de jun. 2020.

SPINK, Mary Jane. As múltiplas faces da pesquisa sobre produção de sentido no cotidiano. In: SPINK, Mary Jane. *Linguagem e produção de sentido no cotidiano*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 38-59, 2010. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/w9q43/pdf/spink-9788579820465.pdf> Acesso em: 23 de jun. 2020.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, Mary Jane (org). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 1-20, 2013. Disponível em: [https://www.google.com/url?hl=pt-BR&q=http://www.bvce.org.br/DownloadArquivo.asp?Arquivo%3DSPINK\\_Praticas\\_discursivas\\_e\\_producao\\_FINAL\\_CAPA\\_NOVAc.pdf&sa=D&ust=1593035270447000&usg=AFQjCNFOqLqEpJWgDtnyK2Mma2cySjfbxQ](https://www.google.com/url?hl=pt-BR&q=http://www.bvce.org.br/DownloadArquivo.asp?Arquivo%3DSPINK_Praticas_discursivas_e_producao_FINAL_CAPA_NOVAc.pdf&sa=D&ust=1593035270447000&usg=AFQjCNFOqLqEpJWgDtnyK2Mma2cySjfbxQ) Acesso em: 23 de jun. 2020.

## Enfrentando la violencia contra las mujeres en el municipio de Garanhuns - Pernambuco: entre resistencia, afectos y cuidado

**RESUMEN:** Este estudio tuvo como objetivo analizar las acciones para enfrentar la violencia contra las mujeres llevadas a cabo por el equipo multiprofesional de la Secretaria da Mulher de Garanhuns (SecMul) y por el Centro Especializado de Atendimento à mulher em situação de violência – Joana Beatriz de Lima e Silva (CEAM-JB). Se trata de una investigación que parte de la perspectiva construccionista del conocimiento y las epistemologías feministas. A partir de los resultados, fue posible percibir que la SecMul y el CEAM-JB organizan las acciones de afrontamiento basadas en tres ejes: prevención, atención y articulación intersectorial. Con respecto a la prevención, las profesionales informaron que está configurada como la "puerta de entrada" para las usuarias del servicio. En relación con la atención, las interlocutoras informaron dificultades en la escucha e intervención de las mujeres en situaciones de violencia y, por lo tanto, utilizan la discusión colectiva de algunos casos que movilizaron al equipo. El uso de metodologías participativas en acciones de prevención, intervenciones basadas en una perspectiva de género y el fortalecimiento de acciones intersectoriales son elementos principales de las acciones para combatir la violencia contra las mujeres llevadas a cabo por el equipo multiprofesional de SecMul y CEAM-JB.

*Palabras Clave: Violencia Contra la Mujer. Género. Centro de Referencia.*

**Patricia Ivanca de Espíndola GONÇALVES**

*Psicóloga pela Universidade de Pernambuco, Mestre em psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco, bolsista CAPES. Pesquisadora Associada ao Núcleo Feminista de Pesquisas em Género e Masculinidades (GEMA/UFPE).*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7903-263>

Email: [ivancapatricia@gmail.com](mailto:ivancapatricia@gmail.com)

**Jorge LYRA**

*Doutor em Saúde Pública, professor do Departamento de Psicologia da UFPE (cursos de graduação e pós-graduação); coordenador do Núcleo Feminista de Pesquisas em Género e Masculinidades (Gema/UFPE) e um dos fundadores da ONG Instituto PAPAI.*

*Universidade Federal de Pernambuco*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5381-2059>

Email: [jorgelyra@gmail.com](mailto:jorgelyra@gmail.com)



**Mirella de Lucena MOTA**

*Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, bolsista CAPES. Mestra em Psicologia pela UFPE (2017). Especialista em Saúde Mental pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental da Universidade de Pernambuco - UPE (2015). Graduada em Serviço Social pela UFPE (2012). Atualmente é pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Política Pública e Sociedade - (GEPPS/UFPE) e pesquisadora associada ao Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (Gema/UFPE) Universidade Federal de Pernambuco*  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5584-863X>  
Email: mirelladelucena@gmail.com

*Recebido em: 29/06/2020*

*Aprovado em: 27/01/2021*